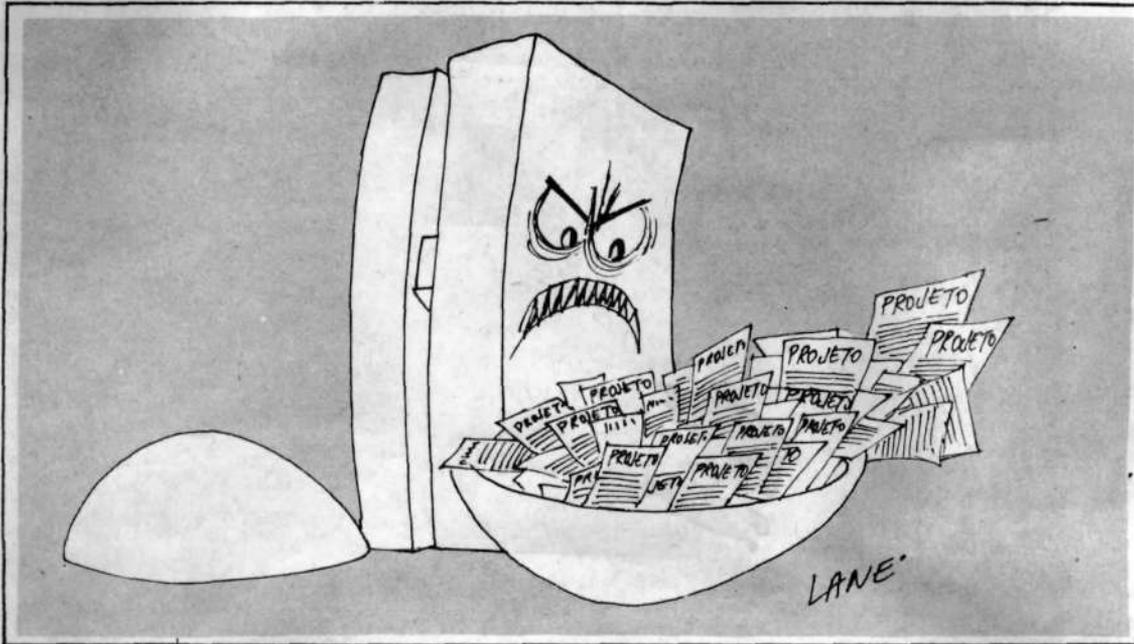


Os estranhos projetos para o DF



Jairo Viana

O elenco de propostas à Constituição, apresentado à Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, tratando de assuntos ligados ao Distrito Federal, é o mais paradoxal da história da República: vai desde a que prevê a volta dos prefeitos para a administração pública, até a que cria o Estado de Brasília, com a transformação das cidades vizinhas, do município de Luziânia, em cidades-satélites de Brasília. Muitas dessas propostas, entretanto, devem ficar de fora do parecer do relator Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), que deve ser entregue na segunda-feira.

Entre essas estranhas propostas, está a do deputado Roberto Felleson (PDT-RJ) e só expressa o seguinte: "O Distrito Federal será administrado por um prefeito e uma Câmara de Vereadores eleitos pelo povo". Uma segunda, com mais detalhes e uma justificativa, é assinada pelos deputados Aldo Arantes, Edmilson Valentim e Eduardo Bonfim.

A proposta dos três deputados coincide em alguns pontos com a do deputado José Camargo, em particular no que toca à anexação dos núcleos habitacionais — de Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Pedregal, Céu Azul, Morada Nobre, Valparaíso I e II e Cidade Ocidental, do Município de Luziânia, no estado de Goiás —, ao Distrito Federal.

Na argumentação do deputado José Camargo, ele informa que esta área, de 14.400 quilômetros quadrados, foi subtraída inexplicavelmente do Distrito Federal, à época da transferência do Rio de Janeiro. Ela era prevista em outras duas constituições.

As propostas dos senadores Afonso Arinos e Mauro Borges ficam na superficialidade da questão. A primeira prevê no artigo 70 que "o Distrito Federal é a capital da União". Enquanto a segunda, numa discussão mais ampla da mudança física dos estados brasileiros, com prazo de 30 anos para ser implantada, diz apenas que "Brasília será a capital da República". Ela suspende qualquer iniciativa criando novos estados no Brasil até a redivisão total.

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) propõe que seja mantida a Comissão do Distrito Federal no Senado, com 22 membros, sendo 11 senadores e 11 deputados. A deputada Sadie Hauache (PFL-AM) quer que o artigo 17 da Constituição crie uma Câmara de Vereadores para o DF.

Já o senador José Ignácio Ferreira defende a criação do Estado Federal, pois, a seu ver, o Distrito Federal não é a capital do Brasil. Para ele, "Brasília, sede do Distrito Federal é a capital da União".

Maioria defende eleição direta

Das 11 propostas de emenda à Constituição, referentes ao Distrito Federal, pelo menos sete pedem sua autonomia política e eleições diretas em 88. Quarta-feira última encerrou o prazo para a apresentação de emendas à Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Jofran Frejat (PFL-DF) e que tem como relator o deputado Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB-DF).

Entre as diversas propostas que tratam do assunto discutido pela subcomissão, até ontem, apenas 11 se referiam ao DF.

Elas alteram o artigo 17 da Constituição, conferindo autonomia política para Brasília e suas cidades-satélites.

Entre as emendas que pedem autonomia política para o Distrito Federal, com eleições no dia 15 de novembro do ano que vem, para governador, vice e assembleia legislativa, estão as dos deputados Valmir Campelo (PFL-DF), Jofran Frejat (PFL-DF), Francisco Aguiar Carneiro (PMDB-DF), Ruben Figueiró (PMDB-MS), senador Mauro Borges (PDC-GO), do Diretório regional do PDS (apresentada anteontem) e a do Comitê Pró-diretas, que reúne os 22 partidos brasileiros.

O assunto tem causado acirrada disputa entre os parlamentares eleitos por Brasília. O deputado pefelista, Valmir Campelo, foi o primeiro parlamentar brasileiro a apresentar a proposta à Constituinte. A emenda redigida pelo ex-deputado João Gilberto, apresentada pelo Comitê suprapartidário Pró-diretas, leva a assinatura de partidários de todas as agremiações políticas de Brasília.

A secretaria da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, tabulava, ontem à noite, as demais emendas apresentadas tratando do assunto.